

JUDEUS ETÍOPE: ORIGENS E DESTINOS

Francisco Moreno Carvalho*

Resumo

Este artigo trata das origens dos judeus etíopes e do processo de chegada e integração destes ao Estado de Israel. Aborda o tema da exogenia e endogenia na história judaica, trazendo elementos da moderna pesquisa genética sobre este tema. Ao tratar de um grupo de “judeus limítrofes” procura discutir os elementos que procuram unificar a experiência judaica ao longo de tempos e espaços distintos, bem como os problemas e contradições desta visão unificadora no contexto atual da existência do estado de Israel.

Palavras-chave: judeus etíopes, historiografia, identidade cultural e religiosa, imigração e absorção de imigrantes em Israel.

Abstract

This article discusses the origins of the Ethiopian Jews and the arrival process and integration of the State of Israel. Addresses the issue of exogeny and endogeny in Jewish history, bringing elements of modern genetic research on this topic. When dealing with a group of "Jews borderline" discusses the elements that seek to unify the Jewish experience throughout different times and spaces, as well as the problems and contradictions of this unifying vision in the current context of the existence of the state of Israel.

Keywords: Ethiopian Jews, historiography, cultural and religious identity, immigration and immigrant absorption in Israel.

*Doutor pela Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel, nas áreas de Pensamento Judaico e História da Medicina. Atualmente, trabalha focado em Saúde da Família.

Conhecidos por alguns como “falashas”, termo pejorativo para “estrangeiro” ou “invasor”¹, os judeus etíopes apareceram na moderna história judaica com a imigração maciça desta comunidade, cerca de oitenta mil pessoas, para Israel.² Duas operações de resgate, denominadas de “operação Moisés” (1984) e “operação Salomão” (1991), salvaram milhares de judeus etíopes ameaçados em campos de refugiados do Sudão e Etiópia, lembrando outras operações de salvamento de judeus similares empreendidas pelo Estado de Israel para livrar diferentes comunidades judaicas de ameaça de extermínio ou matança.

Acusado em 1975, na ONU, como “movimento racista”, o sionismo, como ideologia fundante do Estado de Israel, foi o único movimento a tirar negros africanos de seu continente não na qualidade de escravos, mas como pessoas libertas da opressão, prontas a receberem sua cidadania no seu novo lar.

Contudo, para além da propaganda, a aceitação e integração destes judeus à sociedade israelense não foi livre de percalços e traumas. O maior dos problemas foi o da definição do status destes judeus perante as autoridades religiosas de Israel, fato determinante para receberem sua plena condição de cidadãos do país.

Com o estabelecimento do Estado de Israel, em 1948, foi promulgada a “Lei do Retorno” que garante a todo judeu, ou seus descendentes até a terceira geração, o direito de receberem cidadania israelense a partir do momento que decidam residir no país.

A questão aberta por este dispositivo legal foi trazer à baila, em termos jurídicos modernos, a questão de como se define alguém como “judeu”. A definição mais simples, que define judeu como quem professa a religião judaica, esbarra quer em questões como a diversidade religiosa que existe no judaísmo: ortodoxia, conservadorismo, reformismo, cada qual sub-dividido em várias denominações, quer na existência de segmentos da população judia que não professam nenhuma forma de religião. O mero critério de auto-definição, judeu é aquele que se declara judeu, esbarra em questões como a existência de correntes cristãs cujos integrantes se definem enquanto judeus, os “Judeus por Jesus”, o que não os torna aceitos como tais pelo conjunto da população judia.

¹ Agradeço ao Prof. Dr. Moacir Amâncio a indicação desta segunda possibilidade para o termo “falasha” a partir da raiz semítica PLSH, invadir.

² Sobre os números de imigrantes (olim) judeus para Israel, veja anexo a este texto, com tabela de dados desde 1948 até 2007.

Em suas diferentes redações e emendas, a “Lei do Retorno” define em nossos dias, para efeito de ter direito à cidadania israelense, judeu como sendo “filho de mãe judia ou convertido ao judaísmo, e que não professe nenhuma outra religião”. Com isto preservaram-se os conceitos de matrilinearidade (embora discutível em diferentes épocas e comunidades judaicas) e do judaísmo enquanto religião aberta, ou seja, capaz de receber prosélitos. Ao mesmo tempo, garantiu-se que a ascendência não seja o único critério de escolha, pois é preciso que o indivíduo não professe nenhuma outra religião. Um padre católico filho de mãe judia não será reconhecido como judeu; uma pessoa atea ou agnóstica, que não professa nenhuma religião, filha de mãe judia, é judia.

O termo “retorno” que se aplica a esta lei espelha o conceito essencial que sustenta a própria existência de Israel. Os judeus “retornam” a sua terra ancestral, a sua pátria perdida. As expulsões babilônica e romana, as diferentes ocupações da Terra de Israel por outros povos, não anulam a ligação histórica dos judeus com seu país original.

Este conceito, politizado pelo sionismo, é “cláusula pétrea” na constituição dos judeus enquanto grupo. Existe uma cadeia inquebrantável de gerações que se articula através do tempo. Mesmo os conversos, e em períodos distintos da história judaica seu número foi bem significativo, são incorporados enquanto “filhos de Abraão e Sara”, ou seja, adentram esta cadeia geracional.³

Sendo assim, o judaísmo, que admite ter sido originado a partir de “fora”, a partir de pessoas que não nasceram judias⁴, exogenia, estabelece como modelo de sua existência histórica a endogenia. Cada comunidade judaica surge a partir da presença de representantes emigrados ou exilados do grupo original e não a partir de pessoas que por qualquer motivo passam a se constituir enquanto judias.

Endogenia e exogamia e os judeus limítrofes

³ A melhor expressão desta visão encontramos em Maimônides. No seu comentário à Mishná Bikurim 1:4 corrige a decisão de que o converso não deve falar Deus de nossos pais, já que o converso é filho de Abraão e por isso pode falar Deus de nossos pais.

⁴ Cf Josué cap 24:2 “...Além do rio habitavam outrora os vossos pais, Terá, pai de Abraão e Nacor, e serviram a outros deuses”. Sobre o conceito de origem histórica, ou seja, de um povo que não se concebe como existente a partir da criação do mundo mas sim que surge num processo histórico ver Amós Funkenstein “Tadmioth Avar ba Miqrah”. Tadmith ve Toda'a historit be yahadut u be svivata ha tarbutit. Tel Aviv, 1991, pp.31-34.

A diversidade fenotípica dos judeus coloca em questão o quanto a visão endogênica é real ou uma construção ideológica. Pessoas de tez morena e olhos escuros não se tornam brancas e de olhos claros por terem se mudado para o norte da Europa. Judeus chineses não adquirem olhos mongólicos por habitarem a terra de Confúcio. Tampouco árabes muçulmanos que sejam descendentes biológicos de judeus que se islamizaram ao longo da história podem ser considerados como judeus.

Contudo, é espantosa a uniformidade cultural mantida pelos judeus ao longo dos séculos, separados por centenas e milhares de quilômetros em períodos em que uma carta demorava anos para chegar de Bagdá ao sul da França.

Não obstante diferenças de costumes (sefaraditas comem arroz em Pessah, ashekenazitas não; os últimos celebram o yortzait em memória de seus falecidos, os primeiros não, etc) um judeu na Inglaterra do século XI não teria problemas para ser parte de uma comunidade judaica na Mesopotâmia. A unidade religiosa (pesem pequenas diferenças), o idioma hebraico como língua erudita e de culto religioso, um status social semelhante, seja como minoria tolerada na cristandade ou no islam, e um conjunto de leis essenciais seguidas por todos (leis de divórcio, comidas proibidas e permitidas, datas festivas, proibição de trabalho no shabat e nas festividades, etc) garantiram a especificidade deste grupo e de seus integrantes.

Pesquisas recentes apontam para um modelo de construção e propagação do judaísmo que acaba por fortalecer a hipótese endogênica, com pequena variação conceitual. Estudos em judeus ashkenazitas mostra que o DNA mitocondrial, transmitido por linha materna, é semelhante ao da população europeia autóctone. Ao mesmo tempo, a pesquisa do DNA do cromossoma Y, que se transmite por via paterna, mostra coincidência com o da população mediterrânea.⁵ Ou seja, é possível supor que um imigrante judeu de sexo masculino, ou um grupo assim constituído, gerou filhos com mulher autóctone (ou com mulheres autóctones, no caso de um grupo) e que esta

⁵ Mark G. Thomas, Michael E. Weale, Abigail L. Jones, Martin Richards, Alice Smith, Nicola Redhead, Antonio Torroni, Rosaria Scozzari, Fiona Gratrix, Ayele Tarekegn, James F. Wilson, Cristian Capelli, Neil Bradman, and David B. Goldstein. "Founding Mothers of Jewish Communities: Geographically Separated Jewish Groups Were Independently Founded by Very Few Female Ancestors." *The American Journal of Human Genetics* 70:6 (June 2002): 1411-1420. Lembrar que este e outros estudos trabalham com estatísticas e amostragens. Nenhum grupo possui 100% de tal tipo de DNA. Cristãos europeus que descendem de judeus que se converteram no período das cruzadas poderão ter o cromossoma Y semelhante ao de judeus iraquianos. Genética e cultura não podem e não devem ser misturados.

descendência originou a população judaica local.⁶

Mesmo em situações onde a existência de grande número de conversos tenha sido fator determinante para a formação de comunidades judaicas, como pode ter sido o caso dos cázaros, este grupo só pode ter se convertido a partir da influência de um pequeno núcleo de judeus oriundos de outros lugares.⁷ Portanto, mesmo que se assuma a possibilidade de formação exogênica de comunidades judaicas ao longo do tempo e do espaço, a existência de um primeiro núcleo originário de outra comunidade judaica pré-existente parece ser condição essencial. Um grupo de judeus oriundos de comunidade já estabelecida atua como catalizador para a formação de nova comunidade, seja por procriação, endogâmica e exogâmica, seja por adesão de elementos autóctones. Portanto, fenômenos como o dos “judeus de São Nicandro” são exceções e não regra na história judaica.⁸

Se este modelo parece servir para o estudo das origens da maior parte das comunidades judaica, o que ocorre com grupos limítrofes? Por este termo, denominamos grupos que se definem enquanto judeus, são reconhecidos como tais pela população que os circunda, mas encontram-se separados das demais comunidades e expressam seu judaísmo de forma *sui generis*. Em especial pelo desconhecimento da Lei Oral, do uso de calendário religioso diferente do

⁶ A ideia de que conversões ao judaísmo com intuito matrimonial fossem prática incomum e proibida pode ser contestada a partir da leitura de Maimônides. Maimônides, *Mishe Tora, Hilkhot Yssurei Bi'a* 13:14: “um converso que não foi inquerido (sobre suas razões para se converter) ou que não lhe foram ensinados os mandamentos e suas punições, se circuncidou e fez a imersão ritual diante de três pessoas simples (sem formação rabínica), é considerado converso. E mesmo que se descubra que se converteu com interesse em algo, depois que se circuncidou e foi imerso no banho ritual, saiu da categoria de gentio.”

⁷ A história do reino dos cázaros, cujo rei e nobreza se converteram ao judaísmo no século VIII ainda é o objeto de discussão. A mais conhecida versão da história encontra-se no texto de rabi Yehuda Halevi, *Sefer Hakuzari*, no qual usa o tema como mote para seu ataque à filosofia aristotélica. Há indícios de que a conversão dos cázaros tenha se dado em meio a atividade proselitista de judeus, talvez caraítas, que tenham se estabelecido às margens do Volga. Polêmicas que tratam de deslegitimar o sionismo usam o tema cázaro como alegação de que os judeus ashkenazitas seriam seus descendentes diretos; portanto, careceriam de qualquer contato com a Terra de Israel. Vide, por exemplo Arthur Koestler. *The Thirteenth Tribe: The Khazar Empire and Its Heritage*. New York, 1976.

⁸ O caso dos judeus de São Nicandro, pequena aldeia italiana, é *sui generis*. Nos anos 20 um dos aldeões passou a colocar em xeque os principais dogmas do catolicismo. Influenciado por pregação protestante passou a ler a Bíblia. Nela descobriu a existência dos judeus e dos mandamentos. Passou a ter sonhos e visões que o levaram a aderir ao judaísmo. Com ele, outras pessoas da aldeia também se tornaram judias constituindo-se numa comunidade que chegou a estabelecer contato com os judeus de Roma. Em 1943, oficiais da Brigada Judaica encontraram este grupo. A maioria de seus integrantes imigrou para Israel. Detalhes de sua história foram publicadas em livro. Phinn E. Lapidé. *Milagre em San Nicandro*. Rio de Janeiro, 1959. Uma reedição foi publicada pela editora da Bnei Brith de São Paulo nos anos 70.

seguido pelas demais comunidades judaicas, pelo desconhecimento do idioma hebraico, pela vigência de leis matrimoniais e de divórcio diferentes das do direito rabínico e pelo desconhecimento que demonstram sobre a existência de outras comunidades judaicas. São judeus que se instalam em regiões geográficas para além da distribuição espacial das comunidades judaicas tradicionais.

Há vários grupos que preenchem estes requisitos e que surgem em diferentes momentos na história e trazem à baila o tema das “Dez Tribos Perdidas”, residentes para além do mítico rio Sambation. Desde a fundação do Estado de Israel, dois grupos se destacaram por estas características e pelos problemas de aceitação ante o rabinato e perante a Lei do Retorno.⁹

O primeiro deles foi o grupo denominado Bene Israel, originário da região de Konkan, na Índia.

Alegam descenderem de judeus que aportaram àquela região em torno do século II AEC. Não apresentavam nenhum conhecimento de hebraico, salvo a frase da Shemá Israel, seguiam leis dietéticas parecidas mas não iguais à da tradição rabínica, praticavam a circuncisão. Descansavam aos sábados mas desconheciam a reza comunal em sinagogas. Possuíam leis de matrimônio e divórcio distintas da lei rabínica. Comemoravam vários dos feriados judaicos, desconhecendo Hanucá e Purim. Incorporaram elementos da divisão em castas da sociedade hindu.

Ao imigrarem para Israel não foram aceitos pelo rabinato como judeus de facto. Diversas manifestações e pressões políticas mudaram esta opinião. A partir de 1964 este grupo de judeus da Índia passou a ser reconhecido plenamente como judeus.¹⁰

O segundo grupo desta categoria é o dos judeus etíopes, os Beta Israel (casa de Israel, como se autodenominam), tema deste trabalho.

História dos judeus etíopes e seu lugar no judaísmo

Ao falarmos em “judeus etíopes” devemos ter ideia de que tratamos de um grupo tão ou mais diversificado como “judeus europeus” entre Gibraltar e os Montes Urais. Há judeus etíopes

⁹ Atualmente há uma organização, Shavei Israel, capitaneada por rabinos ortodoxos, que procuram estes grupos e pretendem “retorna-los” ao judaísmo. Além de índios peruanos trazidos para a Autoridade Palestina, para residirem numa das colônias judaicas, foram “descobertos” judeus da tribo de Menashe em Mianmar e Tailândia. Cf <http://www.shavei.org>.

¹⁰ Cf <http://adaniel.tripod.com/beneisrael.htm>

na província de Gondar, na Eritréia (província de Tigre), em Kwara e outras localidades do país. O processo de imigração para Israel acabou por amalgamar estes diferentes grupos.

Ainda carecemos de pesquisas que elucidem diversos pontos obscuros da história destes judeus. A pesquisa histórica sobre história e sociedade etíopes ainda tem muito caminho pela frente. A historiografia etíope é bastante nebulosa sobre os períodos antigos de sua história. Há diversas lendas unindo o país ao rei Salomão que teria, supostamente, gerado com a rainha de Sabá o primeiro rei etíope. Para lá também teria rumado a “Arca da Aliança”, que se encontraria até nossos dias numa igreja na cidade de Axum, centro religioso cristão do país.

O próprio cristianismo praticado na Etiópia é peculiar em relação com as confissões cristãs que se moldaram no eixo do Mediterrâneo. Por exemplo, o cristianismo etíope pratica a circuncisão de meninos no oitavo dia de vida além de manter o mito já assinalado das conexões entre os imperadores etíopes e o rei Salomão.

A primeira referência a judeus na literatura etíope ocorre no século XIV na obra “As gloriosas vitórias de Amda Seyon” que relata o sucesso de suas campanhas militares contra eles (1329-1332). Este é o período na história etíope em que a dinastia salomônica, imperadores cristãos que alegavam sua descendência direta do rei Salomão, tratam de controlar o país e impor o cristianismo como religião.

Até o século XVII há relatos de diferentes ações militares contra judeus etíopes, que acabaram subjugados no ano de 1624 pelo imperador Susenyos. A existência destas lutas entre os imperadores etíopes e os judeus são fonte de hipóteses não comprovadas sobre a existência de um reino judeu na Etiópia, com uma lendária rainha de nome Judite e um fim tão lendário e heroico quanto o de Massada.

Subjugados pelo imperador cristão, os judeus etíopes, denominados pejorativamente como “falashas” passaram a sofrer restrições para a posse de terras e para sua prática religiosa. No estio das batalhas, muitos foram mortos e outros vendidos como escravos.

Não há relatos na Bíblia ou no Talmud sobre a existência de judeus no que é hoje a Etiópia, conhecida como Cush na terminologia bíblica. No livro de Ester é dito que o rei Ahashverosh (Assuero) reinava desde a Índia até Cush, definindo que estas duas regiões eram a fímbria do mundo conhecido.

No “Novo Testamento” há um relato em Atos dos Apóstolos 8: 26-40 no qual o apóstolo

Felipe encontra um eunuco etíope que viera a Jerusalém “para adorar”. O apóstolo batiza este personagem após uma leitura e exegese do capítulo 53 de Isaías. Nos é dito que este eunuco etíope era alto funcionário da rainha da Etiópia. Em sendo judeu, é de se supor a existência de uma comunidade de judeus naquela região e que a presença deles em Jerusalém em peregrinação não fosse incomum.

O primeiro indício da existência de judeus na Etiópia vem do relato de um personagem polêmico, Eldad ha Dani, no final do século IX. Diante da comunidade de Kairouan, declara ser oriundo de um reino judeu, formado pelas tribos de Dan, Gad, Asher e Naftali. O judaísmo praticado por Eldad ha Dani difere do conhecido pela comunidade de Kairouan, que pergunta ao Gaon de Sura, na Mesopotâmia, sobre a aceitação deste personagem como judeu. A resposta é afirmativa. Contudo, a veracidade de Eldad ha Dani e suas histórias é posta em tela de juízo.¹¹

No século XV (1488), rabi Ovadia de Bertinoro escreve uma carta de Jerusalém contando ter conhecido dois judeus etíopes no Egito. Refere não estar claro se seguem os ensinamentos rabanitas ou caraítas e que se dizem descendentes da tribo de Dan. Um pouco depois, rabi David ben Zimra (Radbaz, 1479-1563) respondendo sobre o status de um escravo etíope no Egito que alega ser judeu responde que os judeus etíopes descendem da tribo de Dan e que mesmo que pratiquem uma forma diferente de judaísmo, devem ser considerados como “crianças cativas” e, portanto, são judeus, com direito a serem redimidos (alforriados) por seus correligionários.¹²

Com a chegada de notícias ao Ocidente sobre a existência dos judeus etíopes, em especial a partir do final do século XIX, diversas autoridades rabínicas se defrontaram com a questão de seu reconhecimento enquanto judeus. A mesmo tempo, os trabalhos de Joseph Halevy a partir de 1876 e de seu discípulo Jacques Faitlovitch trouxeram o tema dos judeus etíopes ao conhecimento das comunidades judaicas da Europa e dos Estados Unidos. Em 1908 44 rabinos de várias comunidades declararem serem os judeus etíopes autênticos judeus.

Mas o que há de tão estranho no judaísmo praticado pelos judeus etíopes? Antes do estreitamento de contatos com o mundo judaico exterior, que se acentuou a partir da segunda metade do século XX, com a chegada de emissários judeus de Israel e outros países e a ida de

¹¹ O relato sobre Eldad há Dani e os judeus etíopes foi extraído de http://en.wikipedia.org/wiki/Beta_Israel

¹² Extraído de http://en.wikipedia.org/wiki/Beta_Israel onde se encontram as referências às fontes originais.

alguns judeus etíopes para estudos religiosos em Israel, a religião dos judeus etíopes apresenta diferenças notáveis em relação à forma praticada pelos demais judeus.¹³

Em primeiro lugar, desconhecem o idioma hebraico. Sua língua sagrada é o Guez, a mesma língua sacra do cristianismo etíope. Seu conjunto de livros sacros é denominado “Orit”, compilado no século XIV por um monge cristão de nome Kosmos. Inclui o Pentateuco, os Profetas e o livro dos Salmos além dos livros de Enoch, Barukh, Jubileus, Esdras e Neemias. Possuem também outros livros não-canônicos, que contam histórias de personagens bíblicos, tratam do calendário, de rezas, ritos e costumes. Entre estes podemos citar o Te'ezaza Sanbat (sobre as prescrições de repouso sabático), Mota Muse (sobre a vida de Moisés), Gadla Abraham (sobre a vida de Abraão), Sefer Cahen (sobre as funções dos sacerdotes).

A data mais importante é o shabat (sanbat). Cada sétimo sábado (yesanbat sanbat) é comemorado com preces especiais. O primeiro dia do mês é sempre celebrado. O décimo e vigésimo nono dia de cada mês são dias de jejum. As festas anuais são Berhana Saraga, no primeiro dia do sétimo mês; Astasreyo, dia de jejum no décimo dia do sétimo mês; Fasika (Pessah), do décimo quinto ao vigésimo segundo dia do primeiro mês. Ma'arar (colheita, equivalente a Shavuot) é comemorado duas vezes ao ano: sete semanas após o final de Pessah¹⁴ e novamente no vigésimo dia do nono mês, sete semanas após Ba'ala Masallat (sucot) para coincidir com a data da colheita na Etiópia.

O feriado mais importante é o Sigd, ou Seged, celebrado no dia 29 do oitavo mês. Celebra a reconfirmação da Aliança, da aceitação da Torá, tal como relato no livro de Esdras (cap.10) e Neemias (cap.9). Há uma peregrinação até um local alto onde se faz um cerimônia que inclui também rezas pelo retorno a Jerusalém.

A religião é gerida por sacerdotes (kes, kessim). Sacrifícios como o de um cordeiro na noite de Pessah são feitos. As leis de pureza ritual são seguidas segundo os preceitos do texto

¹³ Em 1955 Israel mandou emissários a algumas comunidades de judeus etíopes para o ensino de hebraico, de história judaica e da religião judaica. Alguns estudantes etíopes foram completar seus estudos em Israel, para se tornarem professores em suas comunidades. Cf <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Judaism/ejtime.html>

¹⁴ Contam as sete semanas após o último dia de Pessah e não após o primeiro, como na tradição rabínica, já que entendem a frase mimohorat hashabat (Lev 23:15) como sendo o último dia da festividade. Sendo assim, Shavuot, ou a primeira das festas da colheita que celebram, para eles ocorre no dia 12 de sivan e não no dia 6. Cf The Oxford Dictionary of the Jewish Religion. Oxford, 1997,(a partir de agora, “The Oxford Dictionary”) p. 628, verbete “Shavuot”.

bíblico. Não há sinagogas, rabinos. Não usam tefilin, mezuzot. Não celebram Hanuká, Purim e Simhat Torá. Desconhecem tudo que se refere à Lei Oral. Suas leis de kashrut seguem a literalidade do texto bíblico. Não cozinham leite e carne, mas comem carne ou frango com laticínios. Tem importante elemento de vida monástica; kessim vivem uma vida de santidade apartados do dia-a-dia da vida mundana.¹⁵

Esta expressão religiosa peculiar leva a perguntas sobre a origem dos judeus etíopes e suas relações com os demais judeus. De onde surgiram tais práticas? Foram fruto de longo isolamento ou representam alguma forma esquecida de prática do judaísmo? Serão fruto autóctone, surgido como possibilidade a partir da leitura do texto bíblico, sem nenhuma relação com o judaísmo histórico?¹⁶

Os pesquisadores se dividem hoje em duas correntes que tratam de explicar as origens do judeus etíopes. Amparados em alguns modernos estudos genéticos, que apontam não haver diferença significativa entre judeus e não judeus de origem etíope¹⁷ e na grande disparidade de sua prática religiosa em relação às demais formas de judaísmo há quem defenda uma origem exogênica para os judeus etíopes. Seriam originários de um grupo da população local que em determinado momento histórico, talvez tão cedo quanto quinhentos anos atrás, a partir da leitura do texto bíblico, construiu numa identidade religiosa própria, judaica segundo seu próprio modo.

Um segundo grupo defende uma origem endogênica, a partir da emigração de judeus para a região. A grande disparidade das práticas religiosas poderia ser explicada ou pela distancia histórica desta migração, ocorrida em época anterior à existência ou consolidação do judaísmo rabínico e/ou pelo isolamento geográfico destes judeus. Privados de contato com outras comunidades, acabaram por desenvolver sua expressão religiosa de forma independente e com

¹⁵ Informações gerais sobre a religião tradicional dos judeus etíopes podem ser encontrados no “The Oxford Dictionary”, p.119 verbete “Beta Israel”.

¹⁶ Há que se assinalar que não se pode correlacionar o judaísmo tradicional dos judeus etíopes com o caraísmo, ou seja, que em algum momento os judeus etíopes conheciam o judaísmo rabínico e dele se separaram por opção. Ou mesmo que sejam originários de uma corrente “saducéia”, como alegam certos grupos caraítas. Os caraítas jamais perderam o idioma hebraico, pedra angular se sua construção teológica. Tampouco aceitam a introdução de festividades não citadas no texto, como o Sigd. Também não aceitam livros apócrifos como Enoch, Jubileus e Barukh. O caraísmo não se desenvolveu isolado e afastado do judaísmo rabínico mas, ao contrário, manteve com este um diálogo e uma disputa ideológica. Para mais detalhes sobre o caraísmo e seu renascimento em nossos dias ver <http://www.karaite-korner.org>

¹⁷ Lucotte G, Smets P. , *Human Biology*, 1999 Dec;71(6):989-93.

grande influência da religião local.

Explicação possível para esta hipótese seria a migração de judeus (hebreus) ainda no período do I Templo para a região, provocada pelas guerras do período. Contudo não há nenhuma fonte histórica que corrobore tal ideia.

Outra hipótese é a da existência de alguma relação entre os judeus etíopes e a colônia judaica na ilha de Yeb (Elefantina), no extremo sul do Egito. Com a invasão de Cambises, em 525 AEC estabeleceu-se uma comunidade judaica cujo núcleo central eram mercenários que integraram o exército persa. Documentos desta comunidade foram encontrados e nele um panorama do cotidiano, das práticas legais (casamentos, divórcio e contratos comerciais) bem como de suas práticas religiosas. Possuíam um Templo dedicado a Yahu (talvez uma pronúncia especial do tetragrama YHWH) que terminou por ser destruído. Uma de suas cartas a Jerusalém contém um pedido de ajuda para sua reconstrução.¹⁸

Teriam estes judeus migrado para o sul e chegado ao que é hoje a Etiópia e lá, isolados do restante dos judeus, construído um judaísmo peculiar? As cartas de Yeb são escritas em aramaico. Em que época o idioma teria sido perdido, substituído pelo Guez? Como explicar que os judeus etíopes, apesar de seu apego ao texto bíblico, não construíram nenhum Templo como os de Yeb? E sobre a ausência de qualquer tipo de pronúncia do tetragrama no judaísmo etíope que se refere a Deus como Egzi'abher, criador do mundo?

Uma possível ligação com os judeus do Yemen é outra possibilidade. Algum tipo de fluxo migratório poderia ter levado judeus de lá para a atual Etiópia. Apesar dos judeus do Yemen pertencerem à vertente central do judaísmo, o rabínico, é possível imaginarmos períodos históricos no quais alguma forma menos “ortodoxa” de judaísmo existisse no Yemen. O isolamento na Etiópia e a influência do cristianismo poderiam ter feito aparecer uma expressão religiosa judaica peculiar.

De qualquer maneira, na ausência de estudos mais aprofundados de linguística, na falta de documentos e de evidências arqueológicas, as origens dos judeus etíopes devem permanecer envoltas em conjecturas e incertezas, mais do que as que cercam outras comunidades judaicas.

O Retorno a Israel, reconfigurando uma nova/velha identidade¹⁹

¹⁸ “The Oxford Dictionary”, p. 735, verbete “Yeb”.

¹⁹ As informações relatadas a seguir podem ser encontradas nos arquivos dos principais jornais israelenses

A imigração de judeus etíopes foi pequena e pouco significativa até início dos anos 80, chegando a algumas dezenas de pessoas por ano ou, às vezes, menos que isso (vide tabela no anexo). Tal fato se deveu ao pequeno esforço e interesse dos governos israelenses em trazerem estes judeus para Israel. Antes de mais nada, seu status enquanto judeus era posto em dúvida por diversas autoridades rabínicas. Só em 1973 o rabino Ovadia Yossef definiu que os judeus etíopes eram judeus, embora tenha vigorado ainda uma disposição de que, ao chegarem a Israel, deveriam se submeter a uma imersão ritual, aceitarem o judaísmo rabínico e se submeterem a uma cerimônia de “validação” da circuncisão..

As boas relações entre Israel e o governo etíope do imperador Hailé Selassié garantiam a manutenção do status quo. Israel mantinha contatos com os judeus etíopes, mandava professores e material de estudo e ao mesmo tempo aceitava que continuassem em sua vida de camponeses em pequenas aldeias nos confins do país.

Em 1974 um golpe militar pôs fim à monarquia etíope. Seguiu-se o estabelecimento de um governo de cunho marxista-leninista. A reforma agrária foi instituída e a Etiópia ingressou numa era de ações militares na região, que exigiam a convocação de soldados para serviço militar obrigatório.

Por conta destas mudanças a situação dos judeus etíopes se deteriorou. Neste mesmo ano o Grão-rabino ashekenazita, Shlomo Goren, aceita a decisão do rabino Ovadia Yossef e define que os judeus etíopes são passíveis de receberem cidadania israelense sob a égide da “Lei do Retorno”.

A partir de 1980 o número de imigrantes etíopes por ano sai da casa das dezenas e chega a algumas centenas por ano. A primeira grande operação de resgate, operação Moisés, tem início no final de 1984 e começo de 1985, quando vários milhares de judeus etíopes já abandonaram suas vilas e se dirigem para a fronteira do Sudão. Cerca de dez mil judeus etíopes são resgatados nesta operação.

O impacto desta primeira imigração maciça se faz logo sentir. Oriundos de regiões agrárias, sem educação formal ou qualificação profissional, estes judeus adentram um sociedade

ou no site <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Judaism/ejtoc.html> que compila informações da imprensa judaica mundial bem como da The Israel Association for Ethiopian Jews (IAEJ) <http://www.iaej.co.il/pages/history.htm>

com altas taxas de educação e de uso de tecnologia. A geração adulta fica quase que completamente alijada do processo de absorção. Os mais jovens, em nome da “preservação de seus costumes”, são mandados para o sistema educacional religioso onde, além de aprenderem o “judaísmo correto”, sofrerão menos impacto com mudança de valores tradicionais.

Evitando repetir os erros da absorção de massas imigratórias nos anos 50, evita-se dispersá-los pelo país integrando-os a comunidades de outras origens. Com isto, acabam sendo absorvidas na “cidades em desenvolvimento” (ayarot pituah) que são lugares periféricos, de baixa qualidade educacional e com pouca empregabilidade.

A situação na Etiópia se deteriora cada vez mais e a comunidade está agora dividida. Metade chegou a Israel, o resto permanece em situação precária na Etiópia. Pressões dos etíopes residentes em Israel aceleram o processo de resgate do restante da comunidade que se dá com a operação Salomão, em 1991. Com ela os restantes vinte mil judeus são trazidos para Israel. Chegam junto com uma nova onda imigratória, a dos judeus oriundos da antiga União Soviética.

Os problemas de integração se fazem sentir. O rabinato ainda impõe algumas restrições e insiste em cerimônias de imersão ritual e em validação da circuncisão. Uma liderança da comunidade, surgida a partir de imigrantes mais antigos, protesta contra estas medidas, que acabam abolidas.

Israel vê surgir, também, manifestações racistas. A imprensa noticia diversos casos. Num deles, um grupo de soldados judeus-etíopes destrói um bar em Tel Aviv depois que seu dono negou a servir-lhes comida alegando que “só servia comida para gente”. Uma infeliz declaração do ministro da saúde, em 1994, orientando a não se receber doação de sangue de judeus-etíopes pois oriundos da África e passíveis de serem portadores de doenças infectocontagiosas, gerou protestos violentos. Adissu Massala, deputado judeu-etíope pelo partido Trabalhista declara diante das câmeras: “Gostaria de informar que este é nosso país. Quem não gosta de nós pode se mudar”.

A geração mais jovem recebe o benefício de cotas nas Universidades e adentra a formação universitária. Soldados se integram ao exército. Alguns galgam posições no oficialato.

Um problema que afeta a comunidade dos judeus etíopes em Israel é o dos falash-mura. São pessoas que alegam terem sido judias, ou terem tido pais judeus, mas que por força da situação na Etiópia converteram-se ao cristianismo. Alegam que o fizeram sob pressão e que

agora pretendem retornar às suas raízes e imigrar para Israel. Estima-se que existam cerca de vinte mil pessoas nesta situação.

Os diversos governos israelenses tem tratado de não aceitar as alegações deste grupo. Suspeitam que muitos simplesmente desejam se aproveitar da situação para saírem da Etiópia e obterem uma nova cidadania. Contudo, há que se questionar se o mesmo cuidado foi aplicado aos milhares de imigrantes da antiga União Soviética que professam abertamente o cristianismo e que alegam ascendência judaica.

Um pequeno número de falash-mura conseguiu permissão para imigrar para Israel, mas o problema ainda persiste.

Apesar dos grandes avanços e investimentos oficiais na absorção desta comunidade, a maior parte da população de judeus etíopes em Israel vive abaixo da linha da pobreza. A geração mais velha, pessoas com mais de cinquenta anos, enfrenta graves problemas de desemprego e desadaptação. O rendimento escolar das crianças é menor do que a média escolar. A vida em bairros de cidades em desenvolvimento alimenta o surgimento de gangues e violência entre os jovens.

O grupo dos judeus-etíopes em Israel pode ser considerado uma população de risco, que demanda urgentes medidas governamentais para a melhoria de suas condições.

Anexo

Números da imigração (aliá) de judeus etíopes. Fonte: Agência Judaica, departamento de imigração e absorção; Ministério de Absorção de Imigrantes, janeiro 2008.²⁰

1948	40
1949	1
1950	5
1951	1
1952	40
1953	3
1954	13
1955	25

20 Acessado a partir de <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Judaism/ejim.html>

1956	1
1957	5
1958	4
1959	3
1960	3
1961	2
1962	11
1963	17
1964	8
1965	9

1966	21
1967	13
1968	17
1969	14
1970	13
1971	7
1972	40
1973	41
1974	24
1975	19

1976	10
1977	90
1978	37
1979	45
1980	259
1981	650
1982	950
1983	2,393
1984	8,327
1985	1,886

1986	236
1987	231
1988	595
1989	1,448
1990	4,121
1991	20,014
1992	3,648
1993	863
1994	1,197
1995	1,312

1996	1,411
1997	1,661
1998	3,110
1999	2,290
2000	2,201
2001	3,274
2002	2,656
2003	3,029
2004	3,695
2005	3,571

2006

3,595

2007

3,607

TOTAL

82,812